

**Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura  
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a  
agricultura**

**Área Temática: Negociações Internacionais**

**Período de Análise: 01/09/2015 a 30/09/2015**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT  
Carta Capital

**Estagiária: Yohanan Barros**

## Índice

<b>Uma viagem inevitável.</b> Kátia Abreu – Folha de São Paulo, Opinião. 02/09/2015.....	3
<b>Para embaixador, Brasil é candidato ao investimento chinês.</b> Murilo Rodrigues Alves – O Estado de São Paulo, Economia e Negócios. 05/09/2015 .....	4
<b>Oportunidades no Sudeste Asiático.</b> Marcos Sawaya Jank – Folha de São Paulo, Colunistas. 05/09/2015 .....	5
<b>China foi o destino de 60% das exportações brasileiras de soja.</b> Fernando Lopes – Valor Econômico, Agronegócios. 09/09/2015 .....	6
<b>Dólar elevado torna EUA menos competitivo em grãos, aponta banco.</b> Mauro Zafalon – Folha de São Paulo, Vaivém das Commodities. 11/09/2015 .....	7
<b>Participação da China no comércio global de milho deverá cair em 2015/16.</b> Camila Souza Ramos – Valor Econômico, Agronegócios. 16/09/2015 .....	8
<b>Nova Zelândia surpreende ao bloquear a compra de terras por chineses.</b> Dow Jones Newswires. 17/09/2015 .....	9
<b>Depois de mais de 730 dias de barricadas, povo argentino derrota nova fábrica da Monsanto.</b> Dário Aranda – Site do MST. 25/09/2015.....	10
<b>Apoio dos EUA ao algodão ainda distorce preços.</b> Assis Moreira – Valor Econômico, Agronegócios. 25/09/2015 .....	16
<b>Dívida de R\$ 2,3 milhões pode tirar Brasil das discussões da OIC.</b> Cristiano Zaia – Valor Econômico, Agronegócios. 28/09/2015 .....	17
<b>Real desvalorizado afeta o agronegócio argentino.</b> Marli Olmos – Valor Econômico, Agronegócios. 29/09/2015 .....	18
<b>Wilmar vai receber mais 1,2 milhão de toneladas de açúcar em NY.</b> Fabiana Batista – Valor Econômico, Agronegócios. 30/09/2015 .....	18

## **Uma viagem inevitável. Kátia Abreu – Folha de São Paulo, Opinião. 02/09/2015**

A economia e o comércio mundiais passam por ampla transformação. A globalização dos mercados e a interconexão das cadeias produtivas são os pilares desse processo –ao que o Brasil não está alheio, mas ainda está aquém de seu potencial de participação.

Nossa formação, que poderíamos chamar de cultura do subdesenvolvimento, legou ao país uma atitude defensiva em relação aos países desenvolvidos, má herança de que nos empenhamos em nos desfazer.

É inegável que ao longo de quase todo o século 20 crescemos muito, mesmo sem o apoio do comércio externo, pois o interno bastava. Desde então, o Brasil e o mundo mudaram radicalmente, sobretudo nos últimos 30 anos.

Na conjuntura econômica que atravessamos, a tendência natural é nos assustar com uma longa lista de problemas que reclamam solução urgente. Mas a experiência e a sabedoria nos ensinam que querer enfrentar todos os problemas de uma só vez resulta em não resolver nenhum deles. A saída é fazer escolhas –e mudar nosso setor externo é certamente uma delas.

Os mais realistas nos ensinam que tanto o gasto público como o consumo das famílias estão esgotados como fonte de crescimento econômico. Para crescer dependeremos do investimento privado e das exportações. Em nosso tempo, nenhum país conseguiu chegar a níveis altos de renda por habitante sem integrar-se ao comércio internacional de bens e serviços.

O Brasil está longe de esgotar seu potencial nesse setor. Temos o sétimo PIB do mundo, mas, em valor de exportações, somos o 25°. Quanto às importações, nosso coeficiente em relação ao PIB é de 13,5%. Para mudar essa realidade, será preciso rever conceitos.

O comércio internacional nunca foi território de amenidades. Todos os países aspiram a uma posição forte e dominante. Ultimamente, porém, está se formando uma consciência de que os conflitos devem ceder lugar a parcerias.

Elas se apresentam como Acordos Preferenciais de Comércio, arranjos regionais destinados a facilitar e incrementar o intercâmbio sob a forma tradicional de redução de barreiras tarifárias e não tarifárias e por meio de um esforço de harmonização de normas e regulamentações para aprimorar o fluxo de bens, serviços e investimentos.

Quase todas as economias estão vivendo em regime de baixo crescimento interno, por isso o apelo à demanda externa e às exportações.

Essas parcerias até há pouco pareciam mero discurso político, mas o que estamos vendo é seu rápido progresso, vencendo obstáculos que pareciam insuperáveis. Nesse quadro, o Brasil já constatou que precisa reciclar-se. Estudo da Fundação Getulio Vargas constatou que a adesão do Brasil a esses acordos pode resultar em aumentos expressivos de nossas exportações: de 20% para a União Europeia, de 10% para os EUA e de 12% para a China.

O agronegócio brasileiro tem trajetória brilhante, garantindo há décadas o superavit da balança de pagamentos e nossas reservas cambiais. Mas para que esse padrão não se

comprometa, não podemos ficar –e não estamos– alheios a acordos como os que se articulam no Pacífico e no Atlântico.

Por outro lado, é preciso que a indústria se integre às cadeias globais de suprimento, que são a forma contemporânea de funcionamento desse setor em âmbito global. Ela terá meios que facilitarão esse processo, pois grande parte é formada de multinacionais que têm capital e estrutura para a competição global.

Ainda de feitiço autenticamente doméstico, a indústria brasileira vai aumentar sua competitividade se tiver acesso a bens de capital e insumos importados de qualidade e baixo preço. Aumentar a produtividade no setor industrial e no de serviços é essencial – e a abertura para o exterior é o melhor caminho.

O Brasil, em suma –e aí não apenas o governo, mas o setor produtivo e a sociedade–, começa a tomar consciência de seus interesses estratégicos, sem se iludir por interesses de curto prazo. Isso não exclui nossos parceiros do sul, mas abre preciosa oportunidade para que embarquem conosco nessa viagem, que não há como ser evitada.

*KÁTIA ABREU, 52, é ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento*

---

### **Para embaixador, Brasil é candidato ao investimento chinês. Murilo Rodrigues Alves – O Estado de São Paulo, Economia e Negócios. 05/09/2015**

*Roberto Jaguaribe, que assume o posto na China em outubro, vê chances de o Brasil absorver investimentos*

BRASÍLIA - As mudanças de rumo da economia chinesa são oportunidade para mudar a relação entre o Brasil e a China, na opinião do embaixador Roberto Jaguaribe, que assume o posto no país asiático no mês que vem.

"A China já está ciente da incapacidade de ser o que planejava há 20 anos: o santo global de manufatura de tudo. Eles estão cientes de que é necessário investir em produção fora do país. E o Brasil é candidato importante e natural para avançar neste mercado", disse Jaguaribe ao Estado.

Com o fim do boom das commodities e a desaceleração da economia chinesa, o Brasil precisa atrair investimentos chineses em outras áreas, sendo as mais promissoras, segundo o embaixador, infraestrutura e produção de alimentos.

A China está intensificando o seu processo de urbanização, o que aumenta a demanda por produtos industrializados agrícolas e de produção animal, áreas com potencial de expansão para o agronegócio brasileiro, segundo Jaguaribe.

O embaixador se reuniu com a ministra da Agricultura, Kátia Abreu, que insistiu na necessidade de se firmar um acordo de preferência tarifária com o país asiático. Por meio desse acordo, os dois países escolhem um grupo de produtos que podem ser vendidos livremente.

Jaguaribe disse que o Brasil ainda quer ampliar os investimentos em infraestrutura, energia e ciência e tecnologia. Antes de assumir o cargo, ele está passando por uma "romaria" entre os ministérios.

"Essa conjuntura de volatilidade que vemos nos dois países não afeta os compromissos já assumidos, nem a ampliação do potencial da relação", disse o embaixador.

Desafios. Assim como o Brasil, a China enfrenta desafios econômicos. Uma combinação de fatores levou à deterioração das expectativas: a desaceleração da atividade, mesmo com vários estímulos, a queda na Bolsa, a saída de capitais e as incertezas quanto à nova política cambial são alguns dos ingredientes.

O Brasil tem parceria com a China em duas grandes fontes de financiamento em infraestrutura: o Banco Asiático de Desenvolvimento em Infraestrutura (AIIB) e o banco dos Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

A primeira instituição, sob liderança da China, se contrapõe ao Banco de Desenvolvimento da Ásia, que tem forte influência americana.

Já o banco dos Brics, com sede em Xangai, foi concebido como alternativa desses países ao Banco Mundial e ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Além da relação comercial, o embaixador tem a missão de estreitar o entendimento dos dois países sobre governança global.

O Brasil tenta angariar o apoio chinês para seu desejo de se tornar membro permanente do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU). A China já declarou apoio à pretensão brasileira, mas, na prática, ficou na retórica.

Interessa ao Brasil também a experiência da China como anfitriã dos Jogos Olímpicos, em 2008.

A próxima Olimpíada terá como sede o Rio de Janeiro, em 2016. De acordo com o embaixador, a China foi bem-sucedida tanto na organização do evento esportivo como na formação dos atletas.

---

### **Oportunidades no Sudeste Asiático. Marcos Sawaya Jank – Folha de São Paulo, Colunistas. 05/09/2015**

Quando falamos dos países emergentes da Ásia, quem vem de cara à nossa mente são a China e a Índia, países que somam mais de um terço da população do planeta e que crescem a taxas superiores a 6% ao ano.

Mas há uma região da Ásia que ainda é pouco conhecida no Brasil e da qual esses dois gigantes não fazem parte: o Sudeste Asiático. Com 625 milhões de habitantes vivendo numa superfície equivalente à metade do território brasileiro, a maioria dos países do Sudeste Asiático conquistou a sua independência apenas no fim da Segunda Guerra Mundial e logo iniciou um lento e efetivo processo de integração.

Em 1967, no auge da Guerra Fria, cinco países da região –Indonésia, Malásia, Filipinas, Cingapura e Tailândia– fundaram a chamada Asean (Associação das Nações do Sudeste Asiático). O objetivo inicial era buscar a estabilidade geopolítica numa região marcada pelo vácuo da descolonização e a uma intensa disputa entre os Estados Unidos e a União Soviética. Com o tempo, outros cinco países aderiram ao bloco –Brunei, Camboja, Laos, Vietnã e Myanmar.

Os dez membros da Asean formam um grande caleidoscópio de países com tamanhos, línguas, religiões e culturas distintas. A Indonésia é o maior país muçulmano do planeta, as Filipinas são católicas, e a Tailândia, budista. A imensa diversidade é também flagrante na área econômica, com renda per capita variando de US\$ 900 por ano em Myanmar a US\$ 55.000 em Cingapura.

A partir de 2000, os dez países originais da Asean assinaram acordos de livre-comércio, de tipo Asean+1, com China, Índia, Japão, Coreia do Sul, Nova Zelândia e Austrália. No final deste ano, o bloco se transformará na chamada Comunidade Econômica da Asean, ou AEC em inglês.

Nesse contexto, pode-se dizer que a AEC será o segundo maior bloco econômico do planeta, atrás da União Europeia. E as oportunidades são imensas: tamanho do mercado, comércio, investimentos, inovação tecnológica, infraestrutura, serviços etc. O PIB (Produto Interno Bruto) da região triplicou desde 2000, atingindo US\$ 2,4 trilhões, e no momento cresce regularmente à taxa de 5,5% ao ano. As exportações e as importações da Asean somam a impressionante cifra de US\$ 2,5 trilhões por ano.

A presença do Brasil na região é insignificante. Representamos apenas 0,7% do volume total de comércio da Asean. No ano passado, exportamos modestos US\$ 11 bilhões, sendo metade composta por produtos do agronegócio responsáveis pela situação superavitária que temos com o bloco. Países asiáticos e árabes, Estados Unidos, Europa, Austrália e Rússia exportam de 2 a 20 vezes mais que o Brasil.

Tenho andado por todo o Sudeste Asiático e vejo o comércio e os investimentos bombando, nossos concorrentes ampliando suas representações diplomáticas e comerciais, multinacionais expandindo suas atividades e expatriados de todo o mundo vivendo até mesmo nos locais mais ermos da região.

Se o século 19 foi da Europa e o 20 da América, o 21 voltará a ser da Ásia, como já o foi durante muitos séculos. Enquanto isso, o Brasil quer crer que faz parte do núcleo relevante e decisivo do mundo. Um pouco mais de realidade, modéstia e pé no chão (e na estrada) faria bem.

---

### **China foi o destino de 60% das exportações brasileiras de soja. Fernando Lopes – Valor Econômico, Agronegócios. 09/09/2015**

SÃO PAULO - As exportações de soja e derivados (farelo e óleo) do país para a China renderam US\$ 13,558 bilhões e representaram 60,2% do valor total dos embarques desses produtos do Brasil de janeiro a agosto deste ano (US\$ 22,521 bilhões), conforme dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex/Mdic) compilados pela Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove).

Ainda que o valor das vendas ao mercado chinês tenha recuado 14,8% em relação ao mesmo período do ano passado, a participação do gigante asiático no total aumentou 1,8 ponto percentual em igual comparação. A queda do valor refletiu o recuo dos preços do grão e seus derivados no mercado internacional, uma vez que o volume embarcado cresceu no intervalo — 13,6%, para 34,194 milhões de toneladas, ou 76% do total.

A análise divulgada hoje pela Abiove também confirma que, em volume, as exportações brasileiras de soja em grão já bateram, até agosto, um novo recorde anual. Totalizaram 45,85 milhões de toneladas nos oito primeiros meses de 2015 — 34,814 milhões das quais destinadas à China, ou 75,9% do total —, mais que as 45,692 milhões de toneladas exportadas em todo o ano passado, que era a maior marca da história.

Conforme a entidade, o porto de Santos, no litoral paulista, continuou a ser a principal porta de saída das exportações de soja e derivados do país de janeiro a agosto. Sempre puxadas pelo grão, por ali passaram cargas equivalentes a US\$ 6,061 bilhões nos oito primeiros meses deste ano, 23,2% menos que nos oito primeiros meses de 2014.

---

### **Dólar elevado torna EUA menos competitivo em grãos, aponta banco. Mauro Zafalon – Folha de São Paulo, Vaivém das Commodities. 11/09/2015**

A valorização do dólar ante outras moedas de países agrícolas concorrentes dos Estados Unidos afeta produtores e produtos de formas diferentes.

A alta do dólar nos Estados Unidos e a forte desaceleração das moedas em outros países, como ocorre com o real, fazem os norte-americanos perderem competitividade em alguns itens.

Estudo do Rabobank, banco especializado no setor de agronegócio no mundo, aponta alguns desses pontos desfavoráveis aos norte-americanos.

O dólar forte fará com que a produção de grãos cresça mais fora dos Estados Unidos. Um exemplo é a soja no Brasil, cuja produção, não obstante à queda de preços em Chicago, cresce.

Esse desequilíbrio da taxa de câmbio entre esses competidores agrícolas fará, também, com que os norte-americanos percam uma parcela da participação do mercado.

Isso deve ocorrer principalmente no trigo, cuja oferta mundial é grande e o crescimento se dá principalmente no Leste Europeu.

Com oferta e ganho maiores, devido à correção das moedas locais, esses países devem ganhar participações de mercado dos EUA.

Na safra 2007/08, os Estados Unidos tinham 30% do comércio mundial de trigo. Nesta safra de 2015/16, essa participação recua para a metade.

Um outro problema para os produtores norte-americanos é que os investimentos no setor agrícola podem ocorrer de forma mais intensa nos países competidores dos Estados Unidos.

Esses investimentos devem gerar uma produção maior, afetando ainda mais os preços mundiais das commodities, segundo o banco.

A alta do dólar encoraja o plantio em países competitivos, mas também eleva os custos. Estimativas do Rabobank indicam que os custos da safra de soja brasileira deste ano será de R\$ 2.388 por hectare, um valor 12% superior ao da anterior.

Em dólares, no entanto, devido à desvalorização da moeda norte-americana, os custos serão menores do que foram em 2014/15.

Os maiores custos virão dos defensivos, devido à intensa participação dos produtos importados –cerca de 90%. A alta deverá ficar próxima de 20%.

Mas a desvalorização mantém as margens positivas dos produtores brasileiros, segundo o Rabobank.

A moeda norte-americana fechou a R\$ 3,85 nesta quinta-feira (10).

\*

*Café* As exportações de agosto somaram 2,83 milhões de sacas, abaixo dos 3,1 milhões de igual mês do ano passado. Já as receitas caíram para US\$ 452 milhões, ante US\$ 581 milhões em agosto de 2014.

*Preço menor* Além do volume menor exportado, o que pesou mais foi a redução dos preços externos do café. Em agosto do ano passado, a saca era comercializada a US\$ 188. Neste ano, caiu para US\$ 160, segundo dados do Cecafé (conselho dos exportadores).

*Queda na Bolsa* O primeiro contrato do café recuou nesta quinta-feira (10) para US\$ 1,13 por libra-peso na Bolsa de commodities de Nova York. O valor registrou queda de 4% em relação ao do dia anterior.

*Frango* O quilo da ave viva subiu para R\$ 2,90 nesta quinta-feira (10) no mercado paulista. Em 30 dias, a alta é de 7,4%.

*Suínos* A arroba do animal também está em alta. Foi negociada a R\$ 79 nesta quinta-feira, com alta de 21% em 30 dias, conforme pesquisa da Folha.

---

## **Participação da China no comércio global de milho deverá cair em 2015/16. Camila Souza Ramos – Valor Econômico, Agronegócios. 16/09/2015**

A China deverá novamente reduzir sua participação no mercado global de milho nesta safra 2015/16. Mesmo em meio às perspectivas de que sua economia cresça menos que a meta de 7% estabelecida pelo governo para este ano, o país aproveitou a queda dos preços internacionais do cereal e turbinou suas importações nos últimos meses, engordando estoques e reduzindo as necessidades de compra.

Em seu último relatório mensal, o Departamento de Agricultura dos EUA (USDA) calculou que o país asiático deverá importar 3 milhões de toneladas na temporada, cuja colheita começará a ganhar força no Hemisfério Norte nas próximas semanas. Se a estimativa se confirmar, a China permanecerá como o quinto maior importador mundial de milho, mas passará a representar apenas 2,4% do volume comercializado no mercado internacional, praticamente o mesmo patamar observado no ciclo 2013/14 (2,6%). Mas, em 2014/15, o percentual foi de 4,5%.

Não há consenso sobre o impacto da desaceleração econômica da China sobre sua demanda por commodities agrícolas, por mais que muitos analistas acreditem que o consumo de alimentos no país não deverá ser afetado. De qualquer forma, não deixa de

ser uma frente de incertezas e especulações. "A renda crescente na China deverá continuar a suportar a demanda por produtos agrícolas, embora as taxas de crescimento da demanda provavelmente tendam a ser menores", afirmou Hamish Smith, economista de commodities da empresa de pesquisas Capital Economics, sediada em Londres.

O aumento da produção é outro fator que deve limitar as importações do país. Como o milho é um cereal-chave para a segurança alimentar, já que serve como base para a produção de ração animal e para a alimentação humana, o governo da China tem adotado uma forte política de apoio à produção interna. Os subsídios de Pequim aos agricultores do país têm mantido os preços domésticos em níveis elevados. Assim, os produtores chineses mantiveram o ritmo de expansão mesmo com a queda das cotações internacionais da commodity. O USDA calcula que a colheita chinesa no ciclo 2015/16 repetirá a dose de 2014/15 e alcançará 157 milhões de toneladas.

Os preços internos mais elevados também motivaram os consumidores industriais a importar mais nos últimos meses, o que colaborou para o aumento dos estoques. Em julho passado, as compras do país no exterior alcançaram 1,1 milhão de toneladas, quase um terço de todo o volume importado no período de 12 meses até julho. O USDA projeta que os estoques de passagem da temporada 2015/16 na China terão 90,41 milhões de toneladas, ou 47% de todo o milho que o órgão estima que esteja em estoques no mundo.

Essa concentração supera a registrada na safra 2013/14 (43%) e remonta ao que ocorreu no mercado do algodão, no qual o país passou a concentrar em seus estoques mais de 60% da pluma mundial após anos de fortes importações.

Segundo o analista da Capital Economics, para culturas como milho e algodão, das quais a China mantém estoques elevados, o risco para os exportadores é que Pequim decida vender uma fatia dessas reservas no mercado doméstico. "Se eles fizerem isso a um preço competitivo, a demanda por importações pode cair - tanto no milho como no caso de commodities substitutas, como o sorgo", afirmou Smith.

Outra possibilidade é o governo interferir diretamente no volume de importação de uma dessas commodities para estimular a demanda pela produção nacional, o que pode resultar em aumento de matérias-primas substitutas. Por enquanto, o quadro chinês de oferta e demanda de algodão está ainda mais confortável que o do milho. Segundo o USDA, os estoques do país representam 196% da demanda doméstica, enquanto no milho a relação é de 37%.

---

### **Nova Zelândia surpreende ao bloquear a compra de terras por chineses. Dow Jones Newswires. 17/09/2015**

O governo da Nova Zelândia bloqueou a oferta de compra de uma grande propriedade rural no país por investidores chineses, alegando interesses nacionais.

Conforme o governo, a Pure 100 Farm, uma unidade da Shanghai Pengxin Group, tentou adquirir uma área de 13,8 mil hectares de pecuária bovina e caprina próxima à cidade de Taupo, no norte do país, por valores não revelados. Os benefícios do negócios "não eram significativos o suficiente", segundo a ministra Louise Upton, responsável

por assuntos territoriais da nova Zelândia. A decisão surpreendente vai contra a recomendação do país no sentido de atrair investimento estrangeiro.

A Pure 100 afirmou que está “extremamente desapontada” e considerando novas opções. A ministra respondeu, por sua vez, que a companhia é livre para apelar da decisão.

Em alguns anos, a Shanghai Pengxin se tornou uma das mais importantes proprietárias de terras na Nova Zelândia, o que tem provocado um debate sobre identidade nacional. Nas últimas eleições, políticos da oposição advertiram a população dos riscos de ter “outros” comprando as terras do país.

A Shanghai Pengxin detém hoje 29 fazendas na Nova Zelândia, em sua maioria ligadas ao setor de leite.

---

### **Depois de mais de 730 dias de barricadas, povo argentino derrota nova fábrica da Monsanto. Dário Aranda – Site do MST. 25/09/2015**

*“Chamam de progresso, mas os lucros são privados e nos territórios ficam a doença e a devastação”, diz um dos moradores; “Já nos deram golpes e balas de borracha. Não me importo. Vou deixar a vida pelos meus filhos”, afirma outro.*

Formado por donas de casa, funcionários públicos, empregados do setor privado, jovens e adultos, o movimento Assembleia das Malvinas Argentinas – cidade da província de Córdoba – completa neste mês mais de 730 dias combatendo a Monsanto, a maior corporação agrícola mundial. “Chamam de progresso, mas os lucros são privados e nos territórios ficam a doença e a devastação”, diz um dos moradores.

A região é cercada por plantações de transgênicos e fumigações. O impacto na vida das pessoas é sentido pela contaminação vivenciada por familiares, vizinhos e no próprio corpo. Aos poucos, os moradores da região começaram a se informar sobre a empresa e o impacto que a fábrica de milho transgênico teria naquela sociedade. Então decidiram, em 19 de setembro de 2013, realizar o bloqueio da entrada da fábrica e, mesmo com a repressão da polícia e do governo local, dois anos depois, seguem barrando os objetivos da corporação.

O fato, estranhado pela própria empresa que “reconheceu nunca ter passado por semelhante situação”, como afirma um dos moradores, é objeto de estudo para acadêmicos e é considerado um importante caso testemunhal para outros movimentos, além de mau exemplo por governos e empresas.

Para retratar essa experiência, o jornalista argentino Dário Aranda foi até a localidade e registrou as impressões dessas pessoas que lutam contra uma causa supostamente perdida e estão ganhando. Segue o relato:

#### *Televisão*

A população das Malvinas Argentina se inteirou pela televisão de que teria a Monsanto como vizinha. Foi em 15 de junho de 2012, quando a presidente Cristina Kirchner informou, falando dos Estados Unidos, que a multinacional lhe havia confirmado a instalação de uma fábrica na localidade de Córdoba. Só sabiam disso o prefeito, Daniel

Arzani, do partido UCR (União Cívica Radical UCR), e seus colaboradores mais próximos.

Eli Leiria escutou o anúncio na televisão. Mas deu por certo que se tratava da localidade de mesmo nome na Província de Buenos Aires. Até que lhe avisaram que era a poucas quadras de sua casa. Não sabia nada sobre a Monsanto. No dia seguinte, perguntou a um estudante universitário, da casa de família onde trabalhava, e a resposta a deixou gelada: “Você está frita”, ele disse. E lhe passou os primeiros dados da história da empresa.

Começou a ler, a se informar, a perguntar. E já não lhe restavam dúvidas. “Aí, acordei. Alguns vizinhos diziam que ia trazer mais trabalho, eu lhes respondia que sim. Mais trabalho para os oncologistas, os médicos, os cowboys”, ironiza, mas não esboça um sorriso.

Raquel Cerrudo conta que havia deixado a capital cordobesa em busca de tranquilidade. “Quer melhor que uma pequena cidade nos arredores?”, diz. Passados seis meses da mudança, o anúncio da Monsanto. Raquel via a televisão e chorava. Sabia o que era a Monsanto por um trabalho com uma bióloga crítica do modelo agropecuário. Conhecia pouca gente no bairro. Começou a falar com os lojistas, no açougue, no armazém, a trocar informações. Assim conheceu outras pessoas inquietas com o tema e se inteirou de uma palestra do biólogo Raúl Montenegro. E também de uma manifestação na capital, onde foi com uma faixa da cidade de Malvinas. Lá, conheceu Ester Quispe, hoje também parte da assembleia. Veio a primeira reunião e o contato com dezenas de vizinhos, o segundo encontro e o nascimento do movimento.

### *Despertar*

Silvana Alarcón cresceu em Malvinas. Sotaque cordobês inconfundível, lembra que não sabia o que era a Monsanto, como a grande maioria de seus vizinhos. A princípio acreditou no discurso de investimentos, de trabalho, mas também começou a escutar – primeiro superficialmente – quem era a empresa, sua história de denúncias e contaminação. “Começamos a reunir os vizinhos, a ler, ter outras informações. Aos pouquinhos fomos aprendendo”, recorda. Também lhe causou impacto o modo como a empresa começou a intervir no bairro, prometendo trabalho. Num terceiro momento, começaram a problematizar a situação atual, do povo rodeado por cultivos transgênicos e fumigações. “E nos demos conta de que havia muitas crianças doentes, com lúpus, malformações, problemas respiratórios, broncoespasmos. E se a isso acrescentássemos a Monsanto... fomos nos dando conta de que iria ser pior”, explica.

A mobilização se deve muito à visita de biólogos, médicos, advogados e também de movimentos e ativistas de outras cidades. A população avaliou também a proximidade da fábrica com a escola, conhecida como “La Candelária”, onde o filho de Alarcón estuda, e de onde se pode ver o prédio da Monsanto.

Ela lembra que a justiça havia freado a obra, mas a fábrica continuava em andamento. Sentia impotência ao ver que a empresa seguia com a construção. “Faziam o que queriam. Até que demos um basta, aqui não entra mais ninguém”, relata.

E nasceu o bloqueio. Setembro de 2013. Não foi sem consequências. Várias ações repressivas, policiais, balas de borracha, bandos da UOCRA (sindicato dos operários da

construção civil na Argentina), pancadaria. Recordar-se de uma em particular. Ela estava em sua casa e escutava os disparos. Seus amigos e parentes estavam sendo alvo da repressão. Chorava de impotência. Espancaram seu irmão e seu marido. “Podia acontecer qualquer coisa”, afirma, e a voz fica embargada. “Em primeiro lugar, como mãe, está a saúde de meu filho. Não importa o que tenhamos de fazer. E não vamos recuar”, avisa.

### *Saúde*

Em 2007, a dona de casa Eli Leiría teve seu primeiro choque com o modelo agropecuário. Começou a ter vômitos, diarreia, perdeu muito peso e passou a ficar fraca. O médico não encontrava nada, mas ela sentia que não tinha forças nem para se levantar da cama. Davam-lhe injeções, levantava-se um pouco e voltava a cair. Foi a outro médico. Ele lhe disse que os exames estavam bem. Ela sentia que estava morrendo.

Até que ligou os pontos. Ao lado de sua casa eram reciclados galões de herbicidas. Na realidade, o processo era mais que rudimentar. Eram levados sem lavar, cortados com uma serra de açougue e moídos. O terreno vizinho estava repleto de recipientes, e justo colado ao seu quarto. As árvores e todas as suas plantas morriam. Contou ao médico e ele não teve dúvidas. Mandou-a fazer novos exames. Mais complexos. Encontraram herbicidas no sangue dela. Não se lembra dos nomes, mas, sim, das cifras: “O máximo tolerado pelo organismo é 0,3%. Eu tinha 27”.

Perguntou ao médico como iria se curar. E se fez um longo silêncio. Ele lhe respondeu que nada podia ser feito. Que era preciso esperar. Disse-lhe que era como um tornado. A tempestade passa, mas as sequelas ficam. E as doenças podem aparecer meses ou anos depois. Dois anos depois foi constatado um enfisema pulmonar. O médico lhe perguntou se fumava muito. E ela nunca havia acendido um cigarro.

De pura impotência, começou a fumar nesse mesmo dia. “Eu escolho como morrer”, disse.

Diagnosticaram uma alteração no seu sistema nervoso e no aparelho digestivo. E lhe deram um coquetel de medicamentos. “Vou terminar me matando com remédios. Não quero isso”, avisou.

E o anúncio da Monsanto foi a cereja do bolo. Aderiu à segunda reunião de moradores, era o germen do movimento. No dia seguinte, foi ver o prefeito. “Não, querida. Não te preocupes. A empresa trará trabalho. Acontece que há pessoas que não querem trabalhar, e se opõem”, foi a resposta que lhe deu Daniel Arzani.

A chave, outra vez, foi a informação. Leu muito. Foi a debates. Viu documentários. Pensou em seu filho e se decidiu: não queria a empresa em seu bairro.

### *Contaminação*

Silvia Vaca, 52 anos, é empregada municipal, nascida e criada nas Malvinas. O primeiro aviso sobre o modelo agropecuário veio pelo marido. Caminhoneiro, transportador de cereais. Costumava queixar-se do cheiro da roupa quando voltava do trabalho e da forte dor de cabeça. Silvia colocava as peças na máquina de lavar e tinha de enxaguá-las duas vezes. Odor penetrante.

O segundo veio quando a fossa séptica de sua casa ficou cheia. Chegou o caminhão limpa fossa e o funcionário chamou a atenção para a ausência de insetos e bactérias no material orgânico coletado. Perguntou se usavam algum produto químico forte. Silvia pensou em voz alta e, não, só água sanitária de vez em quando.

Terceiro aviso: a repentina pneumonia do marido. Internação, depois tratamento e, em poucas horas, risco de vida. Os médicos a tratavam com distanciamento, perguntavam e reperguntavam. Acreditavam que ela o tinha envenenado. Voltou a sua casa, deu a má notícia à família. Aí se deu conta. Voltou ao hospital e contou que o marido transportava cereais. Também colocava as famosas pastilhas de fosfina no caminhão para protegê-los dos insetos. Estava se envenenando.

Último aviso: seu filho, então estudante de agronomia, lhe deu o documentário “O Mundo Segundo a Monsanto”.

Quando se anunciou a instalação, foi uma das moradoras que tiveram o sangue analisado. Confirmou o que se temia. Tinha agrotóxicos. “Vivo no centro do povoado, onde em teoria deveria haver menos produtos químicos. O que resta para quem vive diante das fumigações? Estamos todos envenenados”, afirma. Foram coisas demais. Ela se uniu à assembleia.

Outra vida

Uma grande coincidência. Todos tiveram a vida mudada.

Soledad Escobar conta que teve discussões na escola (com a professora do filho, porque lhe dizia que “não podia envolver-se”), com amigos que trabalham no município e com vizinhos que já não a cumprimentam.

Beatriz Vega tinha uma livraria que também vendia vários outros produtos, na avenida San Martín, a principal, e a meia quadra da prefeitura. Punha na vitrine os cartazes que convocavam para a manifestação, entregava folhetos e afirma que passou a ser visada. Suas vendas começaram a cair, o filho de um vereador ameaçou queimar o local, os clientes de sempre já não entravam. Fechou o negócio. “A nossa vida mudou totalmente. O povoado se dividiu”, resume.

Lucas Vaca, boina clara, jaqueta de couro. Fazia dois anos que tinha retornado a seu bairro (esteve cinco anos fora), encontrou uma municipalidade nova e lhe chamou a atenção que, poucos quilômetros antes de chegar a Malvinas, não havia mais as árvores de antigamente à margem da Rota 88. A soja se estendia até a beira do acostamento.

Cursava o secundário para adultos. E também recebeu a notícia pela televisão, ao vivo. Alegrou-se pelos possíveis postos de trabalho. Até que alguém o alertou que nem tudo era como dizia a publicidade. Entrou na Internet, começou a ler, se deparou com o documentário “O Mundo Segundo a Monsanto” e não pode acreditar. Entrou também no site da empresa. E não queria cair em si. “Por dentro você diz que não podia ser tão mau. Custa a acreditar. Mas quanto mais eu lia, mais me convencia de como era mau”. Levava informações à escola e as professoras minimizavam suas críticas.

Começou a participar da Assembleia. A comprometer-se. Não parou mais.

Lamenta que muitos vizinhos se tenham distanciado. Mas outros se aproximaram. Com muitos conviveu na escola e até em bailes, mas algo os colocou em duas veredas distintas. Há uma situação que o impacta: “Não te olham na cara. Olham para o chão. Sabem que é ruim apoiar a Monsanto. Isso é impressionante”. Lucas diz que se lembra do que lhe disse certa vez o cientista Andrés Carrasco: olhar os corpos. Crianças com malformações, garotos jovens com câncer, mulheres com lenços na cabeça.

Eduardo Quispe ressalta que não há espaço de apoio à empresa. Mas, sim, contra. “As estatísticas são contundentes. Um total de 90% não a querem. Sim, há pessoas que dependem do Estado, mas não são um movimento permanente nas ruas”, esclarece.

Silvia Vaca se distanciou do irmão. Ele se tornou avô. E ela ainda não pôde conhecer seu sobrinho-neto. “São fraturas que vão ficando. Muitas famílias brigadas. É triste”, resume. E se lembra da boa relação que tinha com o prefeito, conhecem-se desde crianças, iam a almoços de família. Não mais.

#### *Votação?*

Durante o primeiro ano de rejeição à Monsanto, a Assembleia exigiu o direito de votar sim ou não. Os três níveis de governo (municipal, provincial, nacional) se opuseram. O mesmo fez a empresa. Na atualidade, o movimento já não pede o voto. “Não se pode votar em um fato ilegal. O relatório de impacto ambiental deu negativo. A lei provincial de solos não permite que se instale aqui. A fábrica é ilegal”, esclarece Eduardo Quispe, menos de 40, boné com viseira e camiseta preta com o M da Monsanto e uma caveira.

Desde 8 de janeiro de 2014 a fábrica está judicialmente paralisada. E em 10 de fevereiro a província rejeitou o estudo de impacto ambiental.

#### *Responsáveis*

Soledad Escobar enumera as culpabilidades, das maiores às menores: prefeito, governador, presidente. E lembra o exemplo de Río Cuarto, onde o prefeito vetou a instalação de uma estação experimental da Monsanto. E não se esquece quando o prefeito de Malvinas prometeu que, se o relatório de impacto ambiental desse negativo, ele cancelaria o projeto. Não cumpriu. “Ele nos enrolou”, resume.

Eli, a dona de casa, inverte a ordem. Acredita que o prefeito não tem capacidade para decidir pela Monsanto. Afirma que a presidente e o governador são os principais responsáveis. “Cristina lhe abriu a porta. Ela é a principal responsável”, afirma.

Debatem entre si. Não há acordo. Coincidem em que Arzani era um morador a mais, mas já não é. Muitos o conhecem de criança. Dizem que tem plantações de soja e que seus pais morreram de câncer.

Nas Malvinas nunca havia ocorrido uma passeata. Muito menos questionamentos ao prefeito, com mais de 15 anos no poder. Raquel e Vanessa Sartori fazem a leitura igual ao mesmo tempo. O prefeito nunca pensou que seria armada semelhante confusão para ele. Vanina Barboza complementa: “A Monsanto reconheceu que nunca havia passado por semelhante situação”.

Eser Quispe aponta para o prefeito: “Ninguém se mete na sua casa se você não abre a porta”, argumenta. Irrita-se porque ele agiu nas costas da população. Vanina Barboza,

jovem estudante e porta-voz em várias ocasiões, garante que o prefeito não é tão inteligente para trazer a Monsanto. Aponta mais para cima: “Cristina os traz”. Recorda a primeira vez que falaram com os vereadores. Mencionavam os “transgênicos” e os funcionários de nada sabiam.

Alguém comenta que não têm educação. Silvia Vaca relativiza. “A presidenta e o governador são instruídos e abraçam a Monsanto. Muitos camponeses e indígenas não têm talvez educação formal, mas sabem o que é o modelo agropecuário e defendem a vida.”

### *O modelo*

Vanesa Sartori explica com paciência professoral que a Monsanto quer fazer sua maior fábrica de milho transgênico em seu bairro, a 800 metros da escola e perto das casas. Para biocombustível, não para comida, e utilizará milhões de litros de água e pesticidas. Destaca que a empresa e o município estão contrariando leis que proíbem a instalação, enfatiza que o interesse da população é violado. Arremata: “Promete trabalho e progresso, mas é falso”.

Ariel Becerra põe ênfase na saúde. Alerta que já são uma localidade empestada com agrotóxicos. E com a Monsanto as consequências podem ser multiplicadas.

Eduardo Quispe fala aos habitantes das grandes cidades. Pede-lhes que não se deixem enganar pelo verde da soja, explica que antes tudo era mata, e desapareceu. “Chamam de progresso, mas os lucros são privados e nos territórios ficam a doença e a devastação”. Afirmo que é possível outro modelo, de soberania alimentar, alimentos saudáveis para a população.

### *Futuro*

Sem consenso social e em ano de eleições, a Monsanto não pôde avançar durante 2015. Mas não se foi. Já deixou vir à tona que em dezembro apresentará um novo estudo ambiental. Quer construir em 2016. A empresa continua presente no bairro, com processos de sedução e promessas. Eli Leiría denuncia que a Monsanto compra apoios. Dois exemplos: doou o gerador para a cooperativa de eletricidade. Custou 60 mil pesos (R\$ 26.400) e fizeram propaganda disso até no boleto que chega nas casas. A Monsanto financia oficinas e cursos em escolas da zona. Também na igreja adventista.

Leiría sonha que seu filho continue morando em Malvinas. Diz que aí estão suas raízes e que é injusto que por causa de uma empresa tenham de partir. Faustina Quispe (mãe de Eduardo e Ester), mulher idosa, contrapõe: “Se a Monsanto se instalar, não há futuro”.

Marcos Romero é nascido e criado em Malvinas. Está casado com Solead Escobar, também integrante da Assembleia. Têm quatro filhos que vão a “La Candelaria” (escola perto da fábrica em questão). Quase não falou durante a entrevista em grupo. Recorda que via em outras cidades pessoas que protestavam e bloqueavam estradas, e observava isso com uma mistura de preconceito e desinteresse. Até que se desatou o caso da Monsanto. “Agora nos atingiu. Já nos deram golpes e balas de borracha. Não me

importo. Vou deixar a vida pelos meus filhos. Ela (Soledad) já sabe”, afirma. Sua esposa chora.

Lucas Vaca tem um olhar otimista. “Estamos fazendo o futuro todos os dias, lutando na rua, não permitindo que a fábrica se instale.” Eduardo Quispe vai além: “Os moradores estão convencidos. A Monsanto não tem chance conosco”.

Ester Quispe avisa que continuarão trabalhando no bairro, informando os moradores. Não baixarão a guarda. Continuam se reunindo todas as quartas-feiras e lembra da bandeira presente nas marchas: “Não à Monsanto em Córdoba e na América Latina”.

---

### **Apoio dos EUA ao algodão ainda distorce preços. Assis Moreira – Valor Econômico, Agronegócios. 25/09/2015**

Os produtores de algodão dos Estados Unidos continuarão a receber vultosos subsídios, no rastro da decisão do governo brasileiro de aceitar uma compensação de US\$ 750 milhões e não continuar a contestar a prática americana, renovada na última "Farm Bill". É o que aponta estudo do Centre for Trade and Sustainable Development (ICTSD), entidade sediada em Genebra.

Se os preços internacionais do algodão variarem entre 68-70 centavos a libra-peso (atualmente o patamar está mais baixo), os programas de subsídios dos EUA vão significar uma redução artificial da cotação de 7% e resultar em uma perda de US\$ 3,3 bilhões para produtores de países em torno do mundo, a maioria em regiões em desenvolvimento.

Os subsídios para a produção de algodão sempre foram um dos temas mais polêmicos nas negociações comerciais internacionais. A ajuda concedida pelos EUA a seus produtores acabou deprimindo os preços internacionais e minando a competitividade de outros países produtores que não possuem subsídios.

Isso levou o Brasil a contestar os subsídios americanos na OMC e sair vitorioso. Mas Washington acabou pagando uma compensação ao Brasil, sendo US\$ 300 milhões em um último acordo, feito ano passado, por meio do qual o Brasil assumiu o compromisso de não retaliar a nova "Farm Bill" (lei agrícola) de 2014, que mantém os subsídios.

Assim, o acordo entre o Brasil e os EUA ajudou a manter o programa de subsídios - e também seus efeitos distorcivos sobre outros países, nota o ICTSD.

O instituto utilizou a mesma metodologia apresentada pelo Brasil na OMC, para mostrar o impacto da ajuda americana a seus cotonicultores. Um dos autores do estudo é o professor americano Daniel Summer, o mesmo que ajudou o Brasil na disputa contra Washington.

A conclusão do estudo sobre os efeitos da nova "Farm Bill" é que, no cenário de preço internacional a 70 centavos a libra-peso, o valor dos subsídios representarão 41,5 centavos de dólar para produtores americanos. Isso poderá levar os produtores a ampliar o plantio em quase 1 milhão de hectares, ampliando as exportações em cerca de 650 mil toneladas por ano.

Além de o preço internacional cair 7%, o prejuízo para produtores de outros países chegará a US\$ 3,3 bilhões. Mas a perda pode chegar a US\$ 4,1 bilhões, se o preço cair a 50 centavos de dólar.

---

### **Dívida de R\$ 2,3 milhões pode tirar Brasil das discussões da OIC. Cristiano Zaia – Valor Econômico, Agronegócios. 28/09/2015**

Um episódio insólito decorrente do ajuste fiscal nas contas públicas do governo pode levar o Brasil ao constrangimento de perder assento na próxima reunião da Organização Internacional do Café (OIC), agendada para quarta e quinta-feira desta semana, em Milão. Se até terça-feira não pagar uma taxa anual equivalente a R\$ 2,3 milhões que deve para a entidade, o país, maior produtor de café do mundo, não terá direito a voto nas discussões.

O pagamento dessa contribuição é condição obrigatória para que os 77 membros tenham voz nas decisões do órgão, que envolvem ações de promoção comercial, financiamento, combate a pragas e acordos de cooperação. Quanto maior a importância do país no segmento - e nenhum é mais importante que o Brasil -, maior é a taxa a ser paga. Não por coincidência, o presidente da OIC, que tem sede em Londres, é o brasileiro Robério Oliveira, que ocupa o posto desde 2011.

Oliveira disse ao Valor que já houve casos pontuais de nações menores, com menos expressão no mercado internacional de café, que ficaram de fora da pauta de discussões por inadimplência. O dirigente confirmou a atual pendência brasileira e destacou que o país nunca deixou de cumprir com esse compromisso desde a fundação da OIC, há 52 anos.

"Com certeza, a ausência do representante brasileiro, assim como de qualquer outro país com assento na OIC, teria um reflexo simbólico, porque até sexta-feira temos que definir a participação dos representantes dos países produtores e importadores nos vários comitês da entidade".

Oliveira ponderou que só terá acesso ao relatório dos pagamentos efetuados pelos países-membros nesta segunda-feira. E afirmou que está em contato permanente com Frederico Arruda, embaixador brasileiro em Londres. Arruda é o representante do Brasil na OIC e coordena o conselho dos países produtores da entidade.

Uma fonte do governo que vem lidando diretamente com a situação explicou que devido aos cortes orçamentários feitos pelo Executivo ao longo do ano, o Ministério do Planejamento, responsável nos últimos anos pelo pagamento dessa taxa, não pôde liberar recursos para quitar a contribuição. Sem fluxo financeiro, a Pasta até cogitou transferir a responsabilidade ao Ministério da Agricultura.

Mas, como não conseguiu, só resta ao Planejamento correr contra o tempo para sanar a dívida. "De fato, o cronograma de pagamentos sofreu atrasos e o governo brasileiro está em esforço para realizar o pagamento antes do início da 115ª Reunião do Conselho Internacional do Café", informou, em nota, o ministério.

Em reunião com senadores da bancada ruralista do Congresso Nacional na semana passada, a ministra da Agricultura, Kátia Abreu, chegou a afirmar, reservadamente, que

o Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), que financia a cafeicultura brasileira, poderia ser utilizado em último caso para quitar o débito.

Para não participarem de um eventual "papela" caso o Brasil não pague o que deve, executivos de entidades de classe do segmento e parlamentares que se planejaram para defender a qualidade do café brasileiro no evento da OIC cogitaram cancelar suas viagens.

Para o deputado Silas Brasileiro (PMDB-MG), presidente do Conselho Nacional do Café (CNC), se o Brasil ficar de fora das decisões da próxima reunião da OIC poderá ter sua reputação abalada no segmento. E isso, afirmou, em um momento já negativo para a imagem do país por conta dos escândalos envolvendo a Petrobras e do rebaixamento do grau de investimento pela agência Standard & Poor's.

---

### **Real desvalorizado afeta o agronegócio argentino. Marli Olmos – Valor Econômico, Agronegócios. 29/09/2015**

A crise brasileira está reduzindo a expectativa de produtores rurais argentinos de que sua situação iria melhorar com o fim do governo de Cristina Kirchner, cujo mandato foi marcado por uma relação conturbada com o setor. Esse panorama ficou claro em encontro recente de empresários na sede da Sociedade Rural Argentina, no centro de Buenos Aires.

Em 12 meses, o dólar teve valorização de 72,15% em relação ao real, mas de só 11,41% frente ao peso argentino. Ninguém sabe ainda medir o alcance do aumento da concorrência brasileira em relação a produtos que a Argentina também exporta, mas já se sabe que a situação cambial agrava a deterioração das vendas argentinas. Além disso, desvalorizações das moedas de outros parceiros comerciais e concorrentes mundiais também preocupam a agropecuária do país, onde o câmbio pouco se alterou.

Além de se tornar um competidor ainda mais forte no mercado mundial, o Brasil também tende a importar menos produtos argentinos. Esse quadro afeta sobretudo as chamadas economias regionais. O Brasil é o destino de mais de 70% do que os argentinos exportam em farinha de trigo, cebolas, alho, azeitonas, malte e batatas congeladas.

Segundo Ezequiel de Freijo, do Instituto de Estudos Econômicos da Sociedade Rural, os grupos brasileiros que atuam na Argentina também passaram a ser mais competitivos em relação aos locais. Ele menciona que, no varejo, o quilo do presunto de marcas como Sadia já custa ao menos 35% menos do que tradicionais concorrentes locais. "O Brasil comprou empresas produtivas e nós ficamos com as velhas."

---

### **Wilmar vai receber mais 1,2 milhão de toneladas de açúcar em NY. Fabiana Batista – Valor Econômico, Agronegócios. 30/09/2015**

SÃO PAULO - Relatório extraoficial divulgado hoje indica que a expiração do contrato de açúcar bruto com vencimento em outubro na bolsa de Nova York resultou na entrega de 1,2 milhão de toneladas da commodity. Todo o volume será recebido pela trading asiática Wilmar International. Esse é o terceiro vencimento consecutivo de tela

em Nova York que tem como único recebedor essa trading. Somando-se a expiração desse contrato de outubro, com a de maio e junho, nas quais a Wilmar também ficou com a totalidade, o volume total recebido pela asiática este ano alcançou 3,6 milhões de toneladas da commodity.

Segundo especialistas, trata-se de um volume dentro das expectativas de mercado. Todo o açúcar do vencimento do contrato de outubro será entregue pelo Brasil, pelas tradings Alvean, Bunge, Noble e Louis Dreyfus Commodities.

Conforme a analista da trading inglesa Czarnikow, Ana Carolina Ferraz, o sinal com a expiração do contrato de outubro foi positivo, uma vez que coincidiu com o anúncio do aumento da gasolina de 6% na refinaria da Petrobras, no Brasil.

“A safra 2015/16 começa em um tom mais construtivo, com estimativa de inflexão de uma temporada de superávit global para déficit e com essa tendência de enxugamento de oferta no Brasil, dado o incentivo para as usinas maximizarem a produção de etanol”, afirmou o responsável pela área de trading da Czarnikow, Diego Dourado.

Hoje, o contrato de outubro na bolsa de Nova York fechou em 12,17 centavos de dólar por libra-peso, alta de 41 pontos.

**Coordenador**  
Sergio Leite

**Pesquisadores**

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,  
Armando Fornazier, Catia Grisa, Claudia Job Schmitt,  
Fábio Luiz Búrigo, Georges Flexor, Jorge Romano,  
Karina Kato, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros,  
Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf,  
Sílvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior

**Assistentes de Pesquisa**  
José Renato S. Porto

**Secretária**  
Diva de Faria

**op**  
**pa** **Observatório de Políticas**  
**Públicas para a Agricultura**

**cpda** **Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais**  
**em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**  
**UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 - r. 214

Fax: 21 2224 8577 - r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa